

OS *PARLAMENTOS* HISPANO-MAPUCHE DE 1593: AGÊNCIA INDÍGENA E
NEGOCIAÇÃO DE MUNDOS EM TERRAS AUSTRAIS DO CONTINENTE
AMERICANO

THE HISPANO-MAPUCHE PARLIAMENTS OF 1593: INDIGENOUS AGENCY AND
NEGOTIATION OF WORLDS IN THE SOUTHERN LANDS OF THE AMERICAN
CONTINENT

Alessandra Seixlack

Departamento de História da Universidade do estado do Rio de Janeiro
alegcseixlack@gmail.com

Gabriel Constantino Pellegrino Biasoli

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
gabrielcpbiasoli@gmail.com

Fernando Antonio Martins Ribeiro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
fernando8.antonio@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as práticas diplomáticas dos *parlamentos* hispano-mapuche no final do século XVI, especificamente os quatro primeiros ocorridos em 1593: Quilacoya, Rere, Taruchina e La Imperial. A pesquisa busca compreender o papel ativo do povo mapuche nas negociações com as forças colonizadoras, contrapondo a visão de subjugação que por muito tempo imperou na historiografia da Conquista. A hipótese central é que esses *parlamentos* atuaram como pontos de interseção entre diferentes mundos históricos, sem uma fusão integral entre eles, e que a agência indígena foi significativa, evidenciada pela mobilização de práticas de mundificação próprias e de demandas específicas. As fontes primárias analisadas são, sobretudo, as atas desses quatro *parlamentos*, as quais revelam as redes de símbolos e modos de fazer-mundo mobilizadas pelos mapuche, bem como suas reivindicações e o estilo de negociação política.

Palavras-Chave: Parlamentos Hispano-Mapuche; Cosmopolítica; Cosmohistória; Agência Indígena.

Abstract

This article aims to analyze the diplomatic practices of the Spanish-Mapuche parliaments at the end of the 16th century, specifically the first four that took place in 1593: Quilacoya, Rere, Taruchina, and La Imperial. The research seeks to understand the active role of the Mapuche people in negotiations with the colonizing forces, countering the view of subjugation that has long prevailed in the historiography of the Conquest. The central hypothesis is that these parliaments acted as points of intersection between different historical worlds, without a complete fusion between them, and that indigenous agency was significant, evidenced by the mobilization of their own world-making practices and specific demands. The primary sources analyzed are, above all, the minutes of these four parliaments, which reveal the networks of symbols and ways of world-making mobilized by the Mapuche, as well as their demands and style of political negotiation.

Keywords: Hispano-Mapuche Parliaments; Cosmopolitics; Cosmo-history; Indigenous Agency.

1. Considerações iniciais: Práticas cosmo-históricas e cosmopolíticas em terras austrais do continente americano

A partir do final do século XVI, nas terras austrais do continente americano, iniciou-se uma prática diplomática que, por quatro séculos, colocou distintas ontologias¹ e mundos históricos em contato: os *parlamentos* hispano-mapuche. Estes ocorreram em meio a uma série de conflitos entre a Coroa espanhola e os povos nativos, aqui denominados mapuche.² Nosso artigo tem como objetivo analisar tais práticas diplomáticas a partir das atas dos quatro primeiros *parlamentos* de que temos notícia: Quilacoya, Rere, Taruchina e La Imperial, ocorridos em 1593, antes do "Enfrentamento de Curalabra".³ Buscamos compreender de que maneira o povo Mapuche teve participação ativa nas negociações com as forças conquistadoras espanholas.

Em termos teórico-metodológicos, nos aproximamos da cosmo-história, proposta pelo historiador mexicano Federico Navarrete Linares, e da cosmopolítica, proposta pela filósofa belga Isabelle Stengers. Segundo Navarrete Linares, a cosmo-história busca fugir do regime de historicidade monohistórico – pautado pela existência de um único mundo histórico, de abrangência universal – colocando assim em xeque narrativas que concebem a colonização como uma forma de apagamento e silenciamento de outros mundos históricos:

Por lo tanto no tenemos dos mundos separados que no se pueden tocar ni comunicarse, como tampoco tenemos un único mundo real, o dominante, que devora e integra todas las otras realidades, sino más bien algo intermedio, siempre más que un mundo único y singular, pero también siempre menos que dos universos independientes. (NAVARRETE LINARES, 2022: p. 44)

Para Stengers (2018), a cosmopolítica não se relaciona à pretensão kantiana de construção de um "bom mundo comum", mas à lógica inversa. Ela propõe a desaceleração das ciências, o retardamento da aceitação da nossa própria realidade ou do nosso senso comum, a

¹ Em diálogo com Mario Blaser (2022) e outros intelectuais da "virada ontológica", compreendemos a ontologia como uma forma de performar a realidade ou uma maneira de fazer mundo. Nesse sentido, a ontologia consiste em um produto de práticas objetivas e subjetivas historicamente situadas, que antecedem a purificação conceitual feita pelos modernos, a qual distingue humanos e não-humanos.

² Segundo Guillaume Boccara (2007), o termo mapuche aparece pela primeira vez na documentação colonial no século XVIII, como resultado de processos de etnificação e etnogênese decorrentes da negociação política com os não-mapuche. Contudo, empregamos o etnônimo para se referir à sociedade indígena abordada neste artigo em consonância com a perspectiva de José Millalén Pailal (2006), que identifica antes da invasão espanhola a presença de uma sociedade étnica e culturalmente homogênea, conformando assim um "mundo mapuche" em termos territoriais, linguísticos, materiais, religiosos e sócio-políticos.

³ O "Enfrentamento de Curalabra" se deu em 1598 entre um grupo mapuche e uma comitiva do Governador Real do Chile, Martín García Óñez de Loyola – remetente e negociador dos *parlamentos* Hispano-Mapuche estudados neste trabalho. O Governador faleceu neste evento, que deu início à sublevação mapuche que expulsou os espanhóis das cidades erguidas ao sul do rio Bío Bío (PAYÀS, 2018: p. 31).

adoção da postura de hesitação e dúvida, e o estabelecimento da política entre mundos múltiplos e divergentes. A cosmopolítica stengeriana refere-se, nesse sentido, a diálogos políticos entre cosmos distintos, sem sobreposições de cunho hierárquico entre eles:

É preciso ser cauteloso quanto à boa vontade individual. Conferir uma dimensão “cosmopolítica” aos problemas que pensamos sob o modo da política não se refere ao registro das respostas, mas coloca a questão sobre a maneira como podem ser escutados “coletivamente”, no âmbito do agenciamento através do qual se propõe uma questão política, o grito de pavor ou o sussurro do idiota. Nem o idiota, nem Cromwell apavorado, nem o homem da lei obcecado por Bartleby o sabem. Não se trata de se dirigir a eles, mas de agenciar o conjunto de maneira tal que o pensamento coletivo se construa “em presença” da questão insistente que eles fazem existir. Dar a essa insistência um nome, cosmos, inventar a maneira mediante a qual a “política”, que é a nossa assinatura, poderia fazer existir seu “duplo cósmico” [doublure cosmique], as repercussões disso que vai ser decidido, disso que constrói suas razões legítimas, sobre isso que permanece surdo a essa legitimidade, eis a proposição cosmopolítica. (STENGERS, 2018: p. 448)

No caso dos *parlamentos* hispano-mapuche, a perspectiva cosmo-histórica e cosmopolítica nos permite traçar paralelos entre a agência política indígena e a permanência de modos de conceber e performar a realidade próprios dos grupos mapuche. Isso ocorre a despeito do processo colonial europeu e de seu poder de subjugar outras perspectivas de mundo. Esse referencial teórico-metodológico é tomado como ponto de partida para compreendermos dois elementos: as redes de símbolos, significados e modos de fazer-mundo mobilizadas pelos mapuche nos acordos e cerimônias decorrentes das assembleias; e como essas instâncias diplomáticas atuavam não apenas como espaços onde a Coroa espanhola impunha seus interesses aos indígenas, mas também como episódios de negociações de cunho cosmo-histórico e cosmopolítico entre mapuche e espanhóis. Propomos, dessa forma, que os *parlamentos* hispano-mapuche sejam interpretados como pontos de interseção entre mundos distintos, sem que haja uma fusão integral por parte dessas realidades socionaturais.

2. Os *Parlamentos* de 1593: Contexto histórico e a mudança de paradigma diplomático

O conjunto de atas dos *parlamentos* analisados neste artigo encontra-se, em seu formato original, no Arquivo Geral das Índias, enquanto suas cópias estão na Biblioteca Nacional do Chile e no Arquivo Histórico Nacional do Chile. Curiosamente, se o documento original das atas não possui título algum, suas duas cópias chilenas aparecem intituladas como *Requerimiento*

(ZAVALA, PAYÀS, DILLEHAY, 2019: p. 34).⁴ Já em *Los parlamentos hispano-mapuche (1593-1803). Textos fundamentales*, uma compilação organizada por Gertrudis Payàs, as atas são intituladas *Paces*. Essa escolha expressa a compreensão de que os *parlamentos* representam menos uma imposição do poder colonial – como o termo "requerimento" denota – do que um espaço de negociação entre mundos históricos distintos: o espanhol e o indígena (PAYÀS, 2018: p. 37). Neste ponto, Payàs converge com José Manuel Zavala, que insere os *parlamentos* em um processo de mudança da concepção do direito no século XVI:

En efecto, el continente americano del siglo XVI fue testigo de la coexistencia (y la posterior transición) entre un derecho de guerra punitivo y esclavizante expresado en el requerimiento y un derecho más contractual que se manifestó bajo diversas formas de pactos entre representantes de la Corona y algunas comunidades indígenas (ZAVALA, 2011: p. 305).

Essa mudança de paradigma é também, de certo modo, pragmática: o projeto colonial não dependeu unicamente da violência para ser levado a cabo. Carlos Lázaro Ávila (1996) menciona acordos entre Cristóvão Colombo e os Taino e entre os Tlaxcaltecas e o Vice-Reino da Espanha durante a Guerra Chichimeca (1550-1600). Esses exemplos atestam a existência de conflitos fronteiriços na porção americana do Império espanhol e o reconhecimento da relevância da adoção de políticas coloniais mais consensuais e defensivas. A agência indígena, portanto, não era um elemento novo a ser considerado pelos colonizadores. Mais à frente, veremos como essa agência pode ser visualizada nos *parlamentos* celebrados entre espanhóis e mapuche, e como estes se converteram em espaços de negociação política e simbólico-cultural. Conforme ressalta a antropóloga Mapuche Jimena Pichinao Huenchuleo (2012, p.27), durante os *parlamentos* as populações indígenas não apenas manifestaram suas insatisfações com as práticas abusivas da Coroa, relativas à exploração do trabalho, à violência e à tomada de territórios, mas também mobilizaram práticas cerimoniais, políticas e ontológicas próprias e autônomas.

Referenciando geograficamente, os *parlamentos* de Quilacoya, Rere e Taruchina foram realizados ao norte do rio Bío Bío, na jurisdição da cidade de La Concepción.⁵ Quilacoya ocorreu entre os dias 26 e 28 de setembro; Rere no dia 29 de setembro; e Taruchina no dia 30 do mesmo

⁴ Quanto ao *requerimiento*, Zavala o descreve como expressão de um direito de guerra predominante desde fins do século XV até a primeira metade do século XVI, no contexto colonial espanhol nas Américas. Consistia em um ato jurídico padronizado, que exigia a leitura de um ultimato ao inimigo: este era informado de que seria atacado caso não se rendesse sob as condições e garantias impostas. A violência e a coerção eram características desse ato. (ZAVALA, 2011: p. 305-307)

⁵ Território instalado na área entre os rios Itata e Bío Bío, que a partir de 1550 se tornou jurisdição de La Concepción, cidade fundada pelos espanhóis no vale do Penco.

mês. O quarto encontro, por sua vez, realizou-se na cidade de La Imperial, ao sul do rio Bío Bío, em 22 de novembro, cerca de dois meses após a primeira reunião. Diante do contexto de mais de 30 anos de guerra vivido na época, a Coroa espanhola manifestou em Quilacoya o interesse de assegurar a paz e vassalagem dos povos indígenas da região:

Y que Su Señoría [...] les amonesta a que vengan a la obediencia del Rey nuestro señor, comunicándosele con los españoles como hacen los demás naturales de este reino que están de paz, los cuales, como ven ellos mismos están quietos, seguros y hacendados en sus tierras y casas sin que se recelen de persona alguna que les ofenda, y que lo mismo será con ellos viniendo de paz, y les guardarán justicia como vasallos de Su Majestad. (Paces de Quilacoya, 1537 apud PAYÀS, 2018: p .38)

Era de especial interesse da Coroa os indígenas que residiam em áreas costeiras e perto dos portos do Pacífico. Isso porque o rei Filipe II também travava embates com seus inimigos europeus, especialmente os ingleses, pelo controle de rotas marítimas. Esta foi a tarefa depositada nas mãos do recém-empossado governador e capitão-geral Martín García Óñez de Loyola, do secretário Domingo de Elosu e do intérprete Francisco Fris, agentes espanhóis presentes nos quatro *parlamentos*. Em 15 de maio de 1593, em carta enviada ao Rei Felipe II, o Marquês de Cañete relata as medidas que tomou, às suas próprias custas, para combater corsários ingleses, após receber advertências do Rei e do Governador do Brasil. Na mesma correspondência, o Marquês descreve uma imagem negativa de Martín de Loyola: "[...] ni es soldado, ni quiere serlo y tiene poco ánimo y es en gran manera mísero y es esto en tanto extremo que ha causado mucho descontento en todo aquel reino, adonde entró solo sin que persona quisiese ir en su compañía [...]", mencionando que essa má reputação chegou tanto a "índios de guerra" quanto a "índios de paz" nas proximidades de Arauco, que se sublevaram contra os espanhóis. (MEDINA, 1960: p. 331-332)

Os conflitos da Coroa se davam também com populações mapuche da região, que não se organizavam politicamente de modo centralizado como Estados. As categorias "índios de guerra" e "índios de paz" eram, assim, cambiantes. As marcas de instabilidade e conflito entre espanhóis e mapuche datam da chegada do primeiro Governador Geral do Chile, Pedro de Valdivia, em Concepción, no ano de 1549. O próprio Valdivia seria justificado conforme o costume mapuche em 1554, no bojo desses conflitos, acusado por eles de "de terem querido escravizar-nos e de terem tentado povoar as terras com pessoas de outros mundos e de dominarem todas elas" (Diego de Rosales apud BENGGOA, 1996: p. 29-30). Vários rumores sobre como se deu essa execução foram relatados por cronistas contemporâneos. Um deles, que circulava entre

os mapuche, segundo o jesuíta Diego de Rosales, dizia que Pedro de Valdivia tivera ouro fundido derramado em sua boca. Não o mencionamos por ser o mais crível — pois não temos elementos para postular isso —, mas pelo elemento simbólico que esse rumor guarda, apontando para a cobiça espanhola pelo ouro (BENGOA, 1996: p. 30).

Quilacoya, Rere e Taruchina eram áreas de vales férteis e com forte influência da exploração mineira, sendo por isso referenciadas nas atas dos *parlamentos* como "asientos".⁶ Quilacoya, em particular, foi associada à atividade aurífera, que se iniciou no próprio ano de 1593⁷, apenas três anos após a chegada dos espanhóis. É interessante mencionar que a relação dos mapuche com o ouro remonta ao período pré-hispânico, especialmente na localidade entre os rios Itata e Bío Bío. Essa relação, segundo indícios arqueológicos e linguísticos, diferia daquelas estabelecidas por sociedades metalúrgicas próximas, como a aimará e a inca. Estes últimos, inclusive, teriam obrigado populações mapuche à atividade de extração aurífera antes da chegada dos espanhóis (PAYÀS, VILLENA ARAYA, 2021: p. 3). O território de Quilacoya, a partir de 1550, tornou-se jurisdição de Concepción, e era uma área rica em minerais auríferos, sendo possivelmente alvo de invasões por sua fronteira norte, que fazia divisa com o chamado *Tawantinsuyu* (ZAVALA, DILLEHAY, STEWART, PAYÀS, MEDIANERO, 2021).

Uma provável evidência da extensão da influência inca no território que hoje corresponde ao Chile, e da relação inca-mapuche no período pré-hispânico, reside na própria palavra Quilacoya. Identificada como a principal fonte aurífera de toda a localidade, estudos linguísticos sugerem que a origem de seu nome pode estar diretamente ligada a essa atividade, assim como a um contato entre incas e mapuche em regiões de fronteira. Nesse contexto, *coya* pode ser interpretado como uma variação do quíchua *qhuya*, que significa "mina", referindo-se a locais de extração mineral. Já *quila* pode ser compreendida como uma variação de *milla*, que

⁶ Quando as atas indicam que um *parlamento* foi realizado "no asiento de..." seguido de um topônimo mapuche, deve-se entender que se trata possivelmente de um assentamento indígena associado à prática de lavagem de ouro. Durante o século XVI, muitas comunidades indígenas foram submetidas a trabalhos forçados nas minas de ouro, por meio de *encomiendas*. Esse termo aparece somente nas atas dos *parlamentos* ocorridos em (1593 e 1605), efetivamente realizados em território mapuche associado à jurisdição da cidade de *La Concepción*, área reconhecida pela sua fertilidade aurífera.

⁷ Pedro de Valdivia, Governador Real do Chile da época, fez observações sobre a região enquanto viaja em sua missão de fundar uma nova cidade no Vale do Penco. Uma vez instalado em uma pequena base em Concepción, Valdivia passa a analisar o território e percebe sua riqueza. Pela busca do ouro, Valdivia ordena a realização de expedições para encontrar focos auríferos e avisa a Carlos V com otimismo. Segundo a expressão imposta por Valdivia, podemos entender que os espanhóis não demoraram muito para descobrir a riqueza aurífera da região de Concepción, por mais que sua principal fonte (Quilacoya), só tenha sido encontrada em outubro de 1593, segundo Mariño de Lovera.

significa "ouro" em *mapudungun*, a língua ancestral mapuche, em associação com localidades próximas nomeadas como Millapoa ou Millacoya (PAYÀS, VILLENA ARAYA, 2021: p. 15). Esse sufixo *coya* é recorrente em diversos topônimos nas regiões ao Norte e Centro do Chile associadas à atividade mineira — áreas de domínio inca comprovado. Outro fator interessante que sugere essa aproximação, diz respeito a todo o caráter militar e organização social dos mapuche do Vale do Penco, dessa forma nos levando a crer em possíveis invasões vindas do norte em um período pré-conquista.

A atividade aurífera sofreu inúmeras paralisações devido ao trabalho forçado indígena, tema que ganhou centralidade nas negociações durante o *parlamento* ocorrido em Quilacoya. Na ocasião, as lideranças mapuche de Curinechico, Cungluregue e Munuquintue⁸ acordaram em estabelecer paz e obediência a Felipe II e Martín García Óñez de Loyola, desde que suas reivindicações fossem atendidas. Entre elas, estavam questões relacionadas ao pagamento da mão de obra e ao respeito ao tempo de trabalho, na medida em que os indígenas precisavam construir suas casas e fazer suas semeaduras:

[...] Asimismo, que las pagas que dan los caciques a los que dan servicio para sus encomenderos lo paguen ellos y no los caciques pues es el servicio para sus encomenderos. Asimismo, que las minas de oro que tienen en su tierra no se las manden labrar a ellos, hasta asegurar esta provincia de los indios de guerra. Que la labor de las minas la hagan al presente los indios de paz, y que ellos por ahora no labren sino para sus rescates porque están ocupados en hacer sus casas y sementeras, y darán sus mitas ordinarias. (Paces de Quilacoya, 1593 apud PAYÀS, 2018: p. 39)

O *parlamento* de La Imperial, ocorrido na localidade que hoje corresponde à cidade de Carahue, tinha como objetivo central subjugar os indígenas da ilha de Maquegua, sobretudo os de “las reguas nombradas: Peullo, Purume, Guancho y Pindacaue, que estaban alzadas y rebeladas contra el real servicio” (Parlamento de La Imperial, 1593 apud PAYÀS, 2018: p. 41). A intenção era realocá-los nas proximidades do forte homônimo, onde seriam forçados a prestar a *mita*, combater os grupos indígenas rebeldes e, por fim, seriam submetidos à conversão ao cristianismo. A justificativa para essa ação era a acusação de que os indígenas de Maquegua haviam atacado moradores e propriedades na cidade de Villarrica (ver figura 1). Segundo consta na ata do *parlamento*

Que Su Señoría en nombre de Su Majestad perdona las muertes del capitán Pedro de Maluenda, corregidor de la Ciudad Rica, y Cristóbal de Aranda, vecino de ella, y de los

⁸ Na documentação, essas unidades territoriais recebem a denominação de *reguas*, correspondendo no mundo mapuche aos *ayllarewe*. Ver nota 12.

soldados que con ellos mataron en Maquehua, y cercos y batallas que han dado y robos de indios y ganado que han hecho; y, por el consiguiente, ellos perdonarán los que a ellos se les han muerto y tomado y desterrado para que no se trate de cosa pasada hasta este día. Y que con esto ellos vendrán a poblarse con todos sus indios, hijos, mujeres y chusma junto al fuerte de Maquehua, y que para esto Su Señoría les haga dar escolta para que nos les ofendan en el camino los enemigos... (Parlamento de La Imperial, 1593 apud PAYÁS, 2018: p. 42)

Em Quilacoya, os indígenas buscaram ativamente o apoio de Óñez de Loyola, solicitando "favor y ayuda contra los indios de guerra que están de otra parte del Biobío" (Paces de Quilacoya, 1537 apud PAYÁS, 2018: p. 39). Esse pedido revela tanto o estado de sublevação de grupos indígenas situados ao sul do rio Bío Bío quanto a complexidade dos conflitos intraétnicos da época, nos quais a aliança com a Coroa espanhola representava uma estratégia para enfrentar seus adversários. Fica claro, portanto, que os espanhóis se inseriram em dinâmicas indígenas preexistentes, afastando a hipótese da manipulação dos povos nativos ou de sua submissão total à política colonial.

3. O Mundo Mapuche pré-hispânico e suas dinâmicas de organização e agência política

Para alcançar uma ampla compreensão dos *parlamentos* hispano-mapuche, é fundamental discorrer sobre os modos de organização e vivência do mundo mapuche pré-hispânico. Segundo o antropólogo Guillaume Boccara, até a primeira metade do século XVIII, os grupos indígenas que constituíam a região centro-sul do Chile eram denominados de *reche*:

Foi em 1550 que se empreendeu a conquista do centro-sul do Chile atual. Enquanto os territórios situados ao norte do rio Bío-Bío foram dominados de maneira bastante rápida, a marcha em direção ao sul se viu interrompida por uns grupos indígenas que os espanhóis denominaram araucanos. Estes indígenas, que na realidade se autodefiniam de maneira interna como *reche*, resultaram ser ferozes guerreiros. (BOCCARA, 2007: p. 60-61)

O processo de constituição de uma identidade mapuche foi longo e decorreu do contato direto com o mundo não-mapuche. Esse fenômeno foi chamado de etnogênese, já que, por definição, ocorreram transformações sociais, culturais, econômicas e políticas que levaram esses grupos indígenas a uma mudança de sentimento identitário, a qual, por sua vez, deu origem à etnia Mapuche.⁹ Todavia, José Millalén Paillal (2006) destaca que, em meados do século XVI, já

⁹ Segundo Boccara (2007), os povos *reche* desenvolviam sua economia com base na plantação, colheita e criação de camelídeos, especificamente lhamas e alpacas no território do Chile. No entanto, no século XIX, as atividades econômicas dessas comunidades mudaram drasticamente, dividindo-se em três novas formas: a introdução da criação de gado não originário da região; a invasão de territórios criollos para roubo de gado e cativos, prática

era possível visualizar a existência de uma sociedade indígena étnica e culturalmente homogênea, conformando assim um "mundo mapuche" em termos territoriais, linguísticos, materiais, religiosos e sociopolíticos. Esse mundo, constituído por cerca de 1 milhão de pessoas antes da chegada dos espanhóis, não pode ser compreendido de modo dissociado do território histórico – o *Wallmapu* ou país Mapuche. O etnônimo mapuche – *mapu* significa território/terra e *che* significa gente/indivíduo – por si só já denota a relação próxima entre o território e as práticas de mundificação dos Mapuche, que aponta para uma identidade indígena vivida na localidade e fundada na terra (BURKHART, 2019). Essa perspectiva é corroborada por Miguel Melin, Pablo Mansilla e Manuela Royo:

Che y Mapu son inseparables, y no se puede entender la formación de una persona fuera de la - tierra-territorio, fuente de vida - (Mapu), pues es una condición humana estar situado en el espacio, y basarse en una carga ética, de valores, de normas y de conocimiento que se deben alcanzar a lo largo de la vida, siempre en relación con un Mapu definido. (MELIN, MANSILLA, ROYO, 2017: p. 6)

Os mapuche estruturavam-se a partir de dimensões que expressavam os vínculos indissociáveis do homem com a natureza, como, por exemplo, *lof*¹⁰, *rewe*¹¹, *ayllarewe*¹² e *fütalmapu*¹³. Mesmo que possuíssem lideranças como os *longkos*¹⁴ ou *toquis*¹⁵, a forma original de governo desses grupos indígenas não foi pautada por uma estrutura de poder concentrada e hierarquizada. Esse fato pode ser constatado ao analisar a quantidade de *longkos* presentes durante

conhecida como *malon*; e o comércio de artesanato. Todas essas mudanças foram substanciais para a nova divisão do trabalho *reche*. As mulheres passaram a se dedicar mais ao trabalho doméstico, à produção de artesanato e ao cuidado com o gado, enquanto os homens se tornaram mais envolvidos em expedições. Outra alteração fundamental ocorreu em relação aos cativos. Nos séculos anteriores, eles eram utilizados como moeda de resgate, para trabalho ou, em alguns casos, executados; no século XIX, porém, passaram a ter o status de mercadoria no comércio. Essa escravidão contribuiu para moldar o novo sistema, visto que o trabalho dos cativos era feito para abastecer o mercado colonial. Esse desenvolvimento ocorre de maneira concomitante à etnificação ou territorialização, que seria o processo de reorganização social produzido mediante a implementação de tecnologias de saber/poder por parte de um poder colonial que tende a se constituir como hegemônico.

¹⁰ Dimensão sociopolítica e territorial básica, estruturada a partir de critérios de patrilinearidade e patrilocalidade, é o espaço sociopolítico com jurisdição para debater assuntos internos às comunidades, assim como delinear as relações externas.

¹¹ Articulação de vários *lof*, a partir de relações permanentes atreladas ao religioso, ao econômico e à segurança. Essa instância era fortalecida a partir de vínculos matrimoniais e laços familiares.

¹² Junção dos *Rewe*.

¹³ Expressão mais ampla que se refere a uma identidade coletiva mais ou menos homogênea, derivada do compartilhamento de um espaço ou piso ecológico com características naturais semelhantes. Denota relações de sobrevivência e reciprocidade com o território, correspondendo assim à identidade territorial.

¹⁴ Liderança mapuche (chefe do *Lof*).

¹⁵ É o *Apo Ülmen Logko/Longko* em tempos de guerra.

os quatro primeiros *parlamentos*. Em Quilacoya, contamos com 17 *longkos* - que aparecem nas atas referidos como *caciques*¹⁶ -, que também representavam outros ausentes. Já em Rere, 12 *longkos* marcaram presença, sem representantes adicionais, mas com a descrição de dois *caciques viejos* que, aparentemente, lideraram essas reuniões. Em Taruchina, 14 *longkos* estiveram presentes, com três deles designados para representar os demais de forma mais incisiva. Por fim, em La Imperial, apenas 4 *longkos* compareceram, contudo, representavam um número significativo de outros que não estiveram fisicamente no local. Esse caráter de ampla representatividade indígena pode nos ajudar a entender como essas sociedades viviam sob um modelo de governabilidade descentralizado. Essa estrutura, que surpreendeu os espanhóis inicialmente¹⁷, frequentemente demandava instâncias como o *koyagtun* para mediar conflitos inerentes à jurisprudência indígena, onde a imposição coercitiva não era uma prática cabível. Segundo Pichinao Huenchuleo (2012), os *koyagtun* foram espaços de negociação entre partes que envolviam aspectos não apenas do âmbito político, mas também simbólico-cultural, como o controle do espaço físico, a alimentação, a troca de presentes e o respeito aos discursos orais e sua temporalidade.

Uma análise atenta das atas de Quilacoya, Rere, Taruchina e La Imperial evidencia a permanência dos *koyagtun*. Nelas, encontramos referências explícitas de que os indígenas realizavam seus encontros para debater os pontos e reivindicações apresentadas pelos espanhóis. Na ata de Quilacoya, vemos uma expressão que se repete em outras atas, exceto na de La Imperial:

Los cuales todos, después de haber entre si tratado y hecho *sus parlamentos* por tiempo de dos días, se resumieron en dar la paz y obediencia a Su Majestad y al señor Gobernador en su real nombre, con que se les guarde las condiciones siguientes [...]. (Paces de Quilacoya, 1593 apud PAYÁS, 2018: p. 39, grifo nosso)

A expressão “*sus parlamentos*” aparece também na ata de Rere:

A todos estos caciques el señor Gobernador les hizo la misma plática que a los demás antes referidos, los cuales, habiendo oído y entendido, se asentaron en **su parlamento** dando para ello la mano a Enoraque y Guayquintaro, caciques viejos que, habiendo hecho *sus parlamentos*, pidieron las mismas condiciones que los caciques de Quilacoya y dijeron que, en guardándoseles a ellos las mismas condiciones, ellos estaban

¹⁶ A palavra *cacique* vem dos Taino, grupo indígena das Antilhas que participou dos primeiros contatos espanhóis com populações autóctones no continente americano. Esta palavra, tomada pelos espanhóis, foi utilizada para se referir indistintamente a lideranças entre grupos indígenas dos mais variados em diferentes regiões do continente americano. (LENKERSDORF, 2001)

¹⁷ Para os espanhóis, foi difícil compreender como houve uma homogeneidade linguística e cultural em um extenso espaço territorial sem subordinação e centralização do poder. (MILLALÉN PAILLAL, 2006)

determinados a dar la paz y obediencia a Su Majestad (Parlamento de Rere, 1593 apud PAYÁS, 2018: p. 40, grifo nosso)

E na ata de Taruchina, acompanhada de um indicativo de que os *kojagtun* ocorriam de acordo com costumes próprios mapuche:

Los cuales, *habiendo hecho sus parlamentos según su costumbre* dijeron que ellos estaban determinados a dar la obediencia a Su Majestad y al señor Gobernador con que se les guardasen las condiciones que les había concedido a los caciques de Quilacoya (Parlamento de Taruchina, 1593 apud PAYÁS, 2018: p. 41, grifo nosso)

Na ata de Taruchina, embora a expressão não apareça textualmente, há um indicativo de que as condições para a aceitação da proposta feita pelos espanhóis foram debatidas entre os *longkos* presentes: "Los caciques, habiéndolo entendido, y platicado entre ellos y el dicho señor Gobernador sobre la manera en que se les había de recibir la dicha paz" (Parlamento de Taruchina, 1593 apud PAYÁS, 2018: p. 42).

Segundo Zavala, Dillehay e Payás (2013), os *parlamentos* hispano-mapuche eram divididos em três fases. Primeiramente, as solicitações espanholas eram expostas aos indígenas. Em seguida, os mapuche se reuniam em seus encontros (*koyagtun*) para debater as propostas e elaborar suas contestações, que depois eram levadas de volta aos colonizadores. Entre as reivindicações apresentadas em Quilacoya, Rere, Taruchina e La Imperial estavam a regulação dos trabalhos realizados nas minas de ouro, a proteção contra os inimigos, o fim do ataque às mulheres, filhos e casas e a permissão de práticas que faziam parte de suas performances de mundo, como as bebidas rituais e festas. Por fim, os acordos eram selados entre as duas partes. A análise completa desses aspectos reforça a hipótese de que os *parlamentos*, embora incorporados à tradição contratualista espanhola (graças ao seu passado de enfrentamento com os muçulmanos durante a Guerra de Reconquista), foram significativamente influenciados pelo estilo mapuche de fazer política e pelo desejo dos mapuche de fazer prevalecer seus anseios, conformando assim práticas cosmopolíticas. Essas práticas, é importante ressaltar, não ocorriam sem desconfiança mútua de ambas as partes: tanto dos mapuche, que geralmente não enviavam seus *toquis* aos *parlamentos*, quanto dos espanhóis. Um documento interessante, que nos permite vislumbrar essa desconfiança, é a ata de um interrogatório conduzido por Martín de Loyola, em 27 de dezembro de 1593. Na ocasião, o Governador Geral do Chile questionou dois "mulatos" – filhos de um "fulano" com uma mulher escravizada negra que conviveram entre os chamados "indios de guerra" – sobre as reuniões que os mapuche realizavam entre si:

Fuéles preguntado qué cosas en particular trataban en las dichas juntas y parlamentos que así hacían y qué es lo que tienen determinado acerca de dar la paz o de sustentar la guerra, dijeron que como dicho tienen todo su trato y plática dellos es acerca de su conservación y libertad suya y de sus mujeres y hijos y tienen determinado de sustentar la guerra como hasta aquí y de defender su libertad y la de sus mujeres e hijos y de tal manera tienen puesto estanco al tratar de paz que al que lo tratase le matarían como a traidor y para sustentar la guerra están hermanados todos los indios que están de guerra... (MEDINA, 1960: p. 387)

Fica claro que o interesse primordial dos mapuche era a preservação de sua liberdade, entendida no amplo sentido da soberania sobre o território, do manejo de seu tempo de trabalho, da manutenção de suas práticas culturais e do estabelecimento de relações intra e interétnicas autônomas.

4. Considerações Finais - O legado de Quilacoya, Rere, Taruchina e La Imperial

É importante destacar que, antes dos *parlamentos* de 1593, ocorridos entre setembro e novembro, a tensão entre indígenas e a Coroa Espanhola era crescente. A carta do Marquês de Cañete, mencionada anteriormente neste artigo e escrita em maio de 1593, reforça essa tensão e acrescenta o elemento da presença de ingleses em território reivindicado pelos espanhóis. Em provisão escrita em 20 de junho de 1593, Martín de Loyola comunica a todos no reino que possuem domínio e jurisdição sobre os indígenas que “la experiencia ha mostrado que los indios naturales que están alzados e rebelados en este dicho reino, la principal causa ha sido los malos tratamientos que les han hecho” (MEDINA, 1960: p. 333-334). O pouco tempo de diferença entre essas comunicações indica uma preocupação com que as práticas de abuso contra os indígenas, que eram comuns entre os colonizadores (independentemente de seu cargo ou posição social), alimentassem sublevações. A relação entre espanhóis e mapuche deteriorou-se progressivamente, e a conquista puramente baseada na violência mostrava-se ineficaz em um contexto onde os espanhóis eram minoria e em um território disputado por diversos atores. Em carta endereçada pelo capitão Miguel de Olaverria ao Vice-Rei do Peru e ao Conselho das Índias, em abril de 1593, a mando de Martín de Loyola, encontramos reclamações sobre a falta de soldados e mantimentos:

Considerado todo esto y las dificultades que conozco desta guerra, muy entendido tengo que para concluir la es menester más esfuerzo que el del Pirú puede ir, y así me conviene que Vuestra Majestad sea servido de mandar que en España se levanten 800 soldados para que queden en 600 cuando acá lleguen, y que éstos se entreguen con sus armas, 800 arcabuces de respeto a una persona de cuidado, celosa del servicio de V. M., en cuatro navíos de a doscientas toneladas y vengan por el Río de la Plata [...] (MEDINA, 1960: p. 274)

A dificuldade em arregimentar soldados transparece em comunicados dos cabildos de Villarrica (MEDINA, 1960: p. 335-336) e Lima (idem, p. 335-336), de outubro de 1593, e de La Imperial (idem, p. 337-369), de novembro do mesmo ano, que pedem que seus *vecinos* não sejam convocados para a guerra. Ambas as regiões se reivindicam como fronteiriças e em disputa, argumentando estar mais em condições de receber reforços do que de provê-los. Em 1597, Felipe II toma partido dos *encomenderos* reticentes em enviar reforços: “Os mando que procuréis escusarlos y relevarlos de la guerra quanto fuere posible, y no los compelaís a ir a ella sino en casos forzosos, y que no se puedan escusar, y que acomodéis las cosas de manera que no falten bastimentos para la expedición de la guerra” (AMUNÁTEGUI, 1910: p. 105-106). Essas condições adversas compõem o contexto histórico contraditório dos primeiros *parlamentos*. Eles eram um recurso para esferas de negociação, pois a pura imposição dos requerimentos aos indígenas não era uma opção viável. No entanto, a guerra e a busca espanhola por impor seus contingentes e modos de vida ainda eram uma ordem vigente.

Em 1598, o “Desastre de Curalaba” marcou um ponto de virada nas relações entre espanhóis e mapuche. Durante uma rota entre La Imperial e Angol, os mapuche emboscaram a comitiva espanhola, resultando na morte de Martín de Loyola e de mais de 50 homens. Esse acontecimento não só desencadeou uma grande rebelião indígena no final do século XVI, que levou à destruição de várias cidades e fortificações espanholas ao sul, incluindo Valdivia, Osorno, La Imperial, Angol, Villarrica, Cañete e Concepción, mas também foi crucial para a delimitação da fronteira entre o mundo hispânico e o mundo mapuche. O rio Bío Bío tornou-se o marco dessa divisa, com as terras ao sul permanecendo sob o domínio mapuche, que manteve sua soberania territorial até o final do século XIX (BOCCARA, 2007: p. 61).

A partir de 1605, uma nova dinâmica se estabeleceu nas relações hispano-mapuche com a realização de três grandes ciclos de *parlamentos*, datados em 1605, 1612 e 1617. Em 1605, foram realizados sete *parlamentos*. Conforme descrito por Zavala, Payàs e Díaz (2014), esses encontros não foram apenas eventos diplomáticos, mas também registros etnográficos valiosos das sociedades mapuche da região, que serviram para elucidar o funcionamento das estruturas político-territoriais indígenas. É provável que este tenha sido o momento da primeira aparição do jesuíta Luis de Valdivia na fronteira, um profundo conhecedor do *mapudungun*, já que o escrivão dos encontros, Lorenzo del Salto, não tinha familiaridade com o idioma indígena (ZAVALA, PAYÀS, DÍAZ, 2014: p. 31).

Os *parlamentos* realizados em 1612 deflagram de forma bem marcante uma nova fase vivida no período. Ao contrário dos primeiros, que tinham um viés mais etnográfico, esses encontros evidenciaram a grande capacidade diplomática de Luis de Valdivia e a implementação do projeto de “Guerra Defensiva”, que visava evangelizar os mapuche, além de fortificar a fronteira do rio Bío Bío. Essa fortificação tinha o duplo objetivo de conter ataques indígenas e servir como ponto de controle e partida para os missionários jesuítas. Tais medidas buscavam, em parte, mitigar a violência mútua que caracterizou longos períodos de guerra e instabilidade político-social na fronteira.

Em 1617, uma nova fase se iniciou com o retorno de Luis de Valdivia ao protagonismo. Ele havia se afastado imediatamente do cenário depois do chamado “Martírio de Elicura”¹⁸, e também devido ao questionamento de seus métodos pelas autoridades políticas do Chile, fato que se intensificou entre 1613 e 1614. Sua volta ocorreu quando a Coroa Espanhola optou pelo retorno da política de “Guerra Defensiva”, após alguns anos de poucas atividades na fronteira do Bío Bío. Quatro encontros com os mapuche foram realizados, o que evidencia a manutenção dos *parlamentos* como forma de mediar as conversas entre espanhóis e indígenas. Para a historiografia, a descoberta dessas fontes foi de suma importância, pois ajudou a preencher uma lacuna entre os *parlamentos* de 1612 e as chamadas *Paces de Quillin*¹⁹, que só ocorreram em 1641. Dessa forma, toda a fase implementada por Luis de Valdivia foi crucial para uma mudança no caráter dos *parlamentos* hispano-mapuche. Além disso, houve uma busca, mesmo que com outras intenções, para transformar a relação bélica entre eles em algo menos agressivo. Em sua próxima etapa, a pesquisa terá como foco a análise qualitativa das atas dos *parlamentos* no século XVII, mantendo

¹⁸ Ocorrido em 1612, o martírio de Elicura foi um evento que levou à morte de três jesuítas missionários (Martín de Aranda Valdivia, Horácio Vecchi e Diego de Montalbán), além de cinco *longkos* mapuche que já haviam sido cristianizados (Utablame, Tereulipe, Coñuerpanque, Caniumanque e Calbuñame). Tais mortes foram marcadas pelo esquartejamento dos corpos dos missionários, além da retirada do coração deles. O evento foi considerado um martírio pelos cristãos e usado como retórica pela Companhia de Jesus, buscando de alguma forma legitimar sua presença em terras indígenas.

¹⁹ As *Paces de Quillin*, ocorridas em 1641, foram de suma importância para a relação entre os mapuche e os colonizadores. O encontro contou com a presença de milhares de pessoas, entre elas espanhóis, “índios amigos”, *longkos* e jovens guerreiros mapuches, conhecidos como *mocetones*. O tratado ganhou notoriedade por reconhecer, durante o encontro, a soberania do território mapuche, além da definição e delimitação das fronteiras e outros acordos pré-estabelecidos. Foi o único encontro promovido durante o período colonial que está incluído na coleção de grandes tratados assinados pela Coroa Espanhola com outras grandes potências, deixando subentendido que, após as *Paces de Quillin*, a “nação mapuche” passou a ser reconhecida pelos colonizadores. (BENGOA, 2007)

a produção de fichas catalográficas que observem os itens: *local, duração/data, emissor, receptor, agentes indígenas e espanhóis presentes, práticas ontológicas indígenas e ementa (resumo).*



Figura 1- Os parlamentos hispano-mapuche na Araucanía, 1593-1617. Fonte: (PAYÁS, 2018: p. 33)

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Carlos Lázaro. Los tratados de paz con los indígenas fronterizos de la America: Evolución histórica y estado de la cuestión. *Estudios de historia social y económica de América*, n. 13, 1996, p.15-24.

AMUNÁTEGUI, Miguel Luis. *Los Precursores de la Independencia de Chile*. 2 Tomos. Santiago de Chile: Imprenta Barcelona, 1910.

BENGOA, José. *Historia del pueblo Mapuche (Siglo XIX y XX)*. Santiago: Ediciones Sur, 5ed, 1996.

BENGOA, José. *El tratado de Quilín*. Santiago de Chile: Catalonia, 2007.

BLASER, Mario. Conflictos ontológicos y las historias de los pueblos a pesar de Europa: hacia una conversación sobre la ontología política. In: RUIZ-SERNA, Daniel y DEL CAIRO, Carlos (Eds). *Humanos, más que humanos y nos humanos. Intersecciones críticas en torno a la antropología y las ontologías*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2022.

BOCCARA, Guillaume. Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. *Revista Tempo*, n. 23, 2007, p. 56-72.

BURKHART, Brian. *Indigenizing Philosophy through the Land. A trickster methodology for decolonizing environmental ethics and indigenous futures*. Michigan: Michigan State University Press, 2019.

CAÑETE, Marqués de. [Correspondência]. Destinatário: Rei Felipe II. [S. l.], 15 maio 1593. carta. Disponível em: MEDINA, José Toribio. *Colección de documentos inéditos para la historia de*

Chile: 1590-1594: Alonso de Sotomayor-Martín Oñez de Loyola. Fondo Histórico y Bibliográfico JT Medina, 1960, p.331-332.

GARCÍA GALLO, Alfonso. *Los orígenes españoles de las instituciones americanas. Estudios de derecho indiano*. Madrid: Real Academia de Jurisprudencia y Legislación, 1987.

LENKERSDORF, Gudrun. Caciques o concejos: dos concepciones de gobierno. *Chiapas*, v. 11, n. 11, 2001.

MARISCAL, Beatriz López de y MADROÑAL, Abraham (Eds). *Viaje por el Nuevo Mundo: de Guadalupe a Potosí, 1599-1605*. Fray Diego de Ocaña. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2010.

MELIN, Miguel; MANSILLA, Pablo; ROYO, Manuela. *Mapu Chillkantukun Zugu: descolonizando el mapa del Wallmapu, construyendo cartografía cultural en territorio mapuche*. Temuco: Pu Lof, 2016.

MILLALÉN PAILLAL, José. La sociedad mapuche prehispánica: kimün, arqueología y etnohistoria. In: MARIMÁN QUEMENADO, Pablo et al (Eds.). *Escucha, Winka: cuatro ensayos de historia nacional mapuche y un epílogo sobre el futuro*. Santiago: Lom ediciones, 2006, p.17-52.

NAVARRETE LINARES, Federico. *La cosmohistoria: cómo construir la historia de mundos plurales*. In: MARTÍNEZ RAMÍREZ, María Isabel; NEURATH, Johannes (Coords.). *Cosmopolítica y cosmohistoria: una anti-síntesis*. Ciudad de México: Sb. Ed., 2021.

NAVARRETE LINARES, Federico. Historia Mundial y Cosmohistoria. In: RIOJAS, Carlos; RINKE, Stefan (Eds.). *Historia global: perspectivas y tensiones*. Berlín, Asociación de Historiadores de América Latina-Freie Universität, 2017, p. 39-54.

NUNES, Jefferson. Missões jesuítas, Martírio e Resistência: a agência indígena nos martírios do Elicura e do Caaró e Pirapó (1612 e 1628). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 23, n. 36, p. 104-127, 2023.

OLAVERRÍA, Miguel de. [Correspondência]. Destinatário: Vice Rei do Peru. [S. l.], abril de 1593. carta.Disponível em: MEDINA, José Toribio. *Colección de documentos inéditos para la historia de Chile: 1590-1594: Alonso de Sotomayor-Martín Oñez de Loyola*. Fondo Histórico y Bibliográfico JT Medina, 1960, p.273-302.

PAYÀS PUIGARNAU, Gertrudis (Org.). *Los parlamentos hispano-mapuches (1593-1803): textos fundamentales: versión para la lectura actual*. San Francisco: Ed. UCT, 2018.

PAYÀS PUIGARNAU, Gertrudis; VILLENA ARAYA, Belén. Indagaciones en torno al significado del oro en la cultura mapuche. Una exploración de fuentes y algo más. In: *Estudios atacameños*, v. 67, 2021.

PICHINAO HUENCHULEO, Huenchuleo. Los parlamentos hispano-mapuche como escenario de negociación simbólico político durante la colonia. In: *Ta In Fijke Xipa Rakizuameluwün – Historia, colonialismo y resistencia desde el país Mapuche*. Temuco: Ediciones Comunidad de Historia Mapuche, 2012, p.25-42.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 442-464, 2018.

STENGERS, Isabelle. *Uma outra ciência é possível. Manifesto por uma desaceleração das ciências*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

ZAVALA, José Manuel; DILLEHAY, Tom D.; PAYÀS, Gertrudis (Eds.). *The Hispanic-Mapuche Parlamentos: interethnic geo-politics and concessionary spaces in Colonial America*. Suíça: Springer Nature, 2019.

ZAVALA, José Manuel. Origen y particularidades de los parlamentos hispano-mapuches coloniales: entre la tradición europea de tratados y las formas de negociación indígenas. In: *Pueblos indígenas y extranjeros en la monarquía hispánica: La imagen del otro en tiempos de guerra (siglos XVI-XIX)*, Sílex, 2011. p. 303-316.

ZAVALA, José Manuel; DILLEHAY, Tom; STEWART, Daniel M; PAYÀS, Gertrudis; & MEDIANERO, Francisco Javier et al. Los mapuche de Concepción y la frontera inca: revisión de fuentes tempranas y nuevos datos. *Revista de historia (Concepción)*, v. 28, n. 2, p. 138-168, 2021.

ZAVALA, José Manuel; DILLEHAY, Tom; PAYÀS, Gertrudis. El requerimiento de Martín García Óñez de Loyola a los indios de Quilacoya, Rere, Taruchina y Maquegua de 1593, testimonio oficial de parlamentos hispano-mapuches tempranos. *Memoria americana*, n. 21-2, p. 66-88, 2013.

ZAVALA CEPEDA, José Manuel; DÍAZ BLANCO, José Manuel; PAYÀS PUIGARNAU, Gertrudis. Los parlamentos hispano-mapuches bajo el reinado de Felipe III: la labor del padre Luis de Valdivia (1605-1617). *Estudios Ibero-Americanos*, v. 40, n. 1, 2014.

Sobre os autores:

Alessandra Seixlack: Pós-Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Possui Graduação (2010), Mestrado (2013) e Doutorado (2017) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). A pesquisa desenvolvida no Doutorado aborda a relação entre os mapuche e os Estados nacionais argentino e chileno durante o processo de territorialização estatal, em fins do século XIX. Atualmente, desenvolve pesquisas voltadas para o diálogo entre o Antropoceno, a história e as ontologias e epistemologias indígenas, assim como para a análise da produção intelectual indígena na contemporaneidade. É professora Adjunta de História da América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-Maracanã) e professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ-Maracanã (PPGH-UERJ). É também pesquisadora do Laboratório de Pesquisa e Práticas de Ensino em História (LPPE-UERJ) e do Centro de Estudos Mesoamericanos, Amazônicos e Andinos (CEMAA - USP). Coordena o Projeto PID UERJ "Intelectuais indígenas em sala de aula: metodologias e materiais didáticos para o ensino de História Indígena", o Projeto de Extensão "Caminhos de Abya Yala - Intelectuais indígenas do continente americano"

e o projeto de pesquisa "Intelectuais indígenas e vocabulário político-ontológico: repensando as fronteiras da História Intelectual e do conhecimento histórico no Antropoceno". É vice-líder do grupo de pesquisa do CNPq "Intelectuais e Intelectualidades".

Gabriel Constantino Pellegrino Biasoli: Graduando em História, bacharelado e licenciatura, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integra o Projeto de Extensão "Caminhos de Abya Yala - Intelectuais indígenas do continente americano". Membro do Laboratório de Pesquisa e Práticas de Ensino em História (LPPE-UERJ). Integrante do grupo de estudos "Intelectuais indígenas e vocabulário político-ontológico: repensando as fronteiras da História Intelectual e do conhecimento histórico no Antropoceno" e é bolsista (PIBIC-UERJ) da Iniciação Científica intitulada de "Os parlamentos hispano-mapuche: práticas cosmopolíticas em terras austrais do continente americano (séculos XVI-XIX)". Atuou como Recenseador no Censo Demográfico de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022-2023). Atuou como Monitor na Escola Municipal Henrique Dodsworth (2023 -2024). Atuou como Monitor de História no Projeto Social Salvaguarda (2024).

Fernando Antonio Martins Ribeiro: Fernando Antonio Martins Ribeiro é graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisador de iniciação científica. Desenvolve pesquisas no campo da História da América e da História Indígena, com ênfase nas relações entre povos originários e sociedades coloniais, especialmente nas experiências históricas do povo Mapuche. Seus estudos abordam temas como agência indígena, diplomacia, cosmo-história e cosmopolítica.

Artigo recebido para publicação em: 28 de outubro de 2025.

Artigo aprovado para publicação em: 09 de julho de 2026.

Como citar:

SEIXLACK, Alessandra; PELLEGRINO, Gabriel Constantino Biasoli; ANTONIO, Fernando Martins Ribeiro. Os "parlamentos" hispano-mapuche de 1593: agência indígena e negociação de mundos em terras austrais do continente americano. *Revista Transversos*. Dossiê: História e território, n.º. 32, 2026. pp. 112-129. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/93182>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2025.93182.

